

JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ

AÇÃO RESCISÓRIA DOS JULGADOS

2ª edição
Revista e reformulada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A Editora Atlas passou a publicar esta obra a partir da 2. edição.

- Capa: Nilton Masoni

- Data de fechamento: 15.06.2016

- CIP-BRASIL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D61a

Diniz, José Janguiê Bezerra

Ação rescisória dos julgados / José Janguiê Bezerra Diniz ; prefácio Ada Pellegrini Grinover. – 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-00432-8

1. Direito do trabalho - Brasil. I. Título.

16-33830

CDU: 349.2(81)

SUMÁRIO

Introdução.....	XXI
1. Da Ação Rescisória.....	1
1.1 Considerações iniciais	1
1.2 Esboço histórico	2
1.2.1 Direito romano	2
1.2.2 Ordenações reinícolas.....	4
1.2.3 No Brasil.....	6
1.3 Direito estrangeiro.....	10
1.3.1 Itália	11
1.3.2 França	11
1.3.3 Alemanha.....	12
1.3.4 Espanha	13
1.3.5 Portugal.....	14
1.3.6 Direito canônico	15
2. Do Cabimento da Ação Rescisória.....	19
2.1 Do cabimento da ação rescisória	19
2.1.1 Considerações iniciais	19
2.1.1.1 Do conceito	19
2.1.2 Da natureza jurídica da ação rescisória	25
2.2 Cabimento no processo civil.....	28
2.2.1 Considerações iniciais	28
2.2.2 Cabimento de rescisória quando a citação foi nula	29
2.2.3 Cabimento de rescisória em sentença declaratória inci- dental.....	33

2.2.4	Cabimento de rescisória de sentença proferida em ação monitória	35
2.2.4.1	Considerações iniciais sobre ação monitória	35
2.2.4.2	Pressupostos.....	37
2.2.4.3	Natureza jurídica da ação injuntiva	44
2.2.4.4	Competência.....	44
2.2.4.5	Procedimento	45
2.2.4.6	Natureza jurídica dos embargos monitórios	47
2.2.4.7	Recursos.....	49
2.2.4.8	Monitória contra a Fazenda Pública.....	50
2.2.4.9	Conclusões sobre rescisória em sentença prolatada em ação monitória.....	51
2.2.5	Rescisória de sentença prolatada por juiz arbitral.....	52
2.2.6	Cabimento de rescisória de sentença proferida em outra ação rescisória	62
2.2.7	Outras sentenças – cabimento.....	64
2.2.8	Sentenças que não ensejam ação rescisória.....	67
2.3	Cabimento no processo trabalhista	72
2.4	Tratamento legislativo.....	76
3.	Da Admissibilidade da Ação Rescisória	79
3.1	Admissibilidade (fundamentos)	79
3.1.1	Considerações iniciais	79
3.1.2	Admissibilidade decorrente da <i>quaestio juris</i>	82
3.1.2.1	Quando a decisão ofender coisa julgada.....	82
3.1.2.2	Quando a decisão violar manifestamente norma jurídica.....	86
3.1.2.2.1	Rescisória de violação de norma jurídica e a exigência de prequestionamento	88
3.1.2.2.2	Rescisória em face de violação de jurisprudências (súmulas e orientações jurisprudenciais) e costume	93
3.1.2.2.3	Rescisória de violação de princípios gerais do direito	95
3.1.2.2.4	Rescisória decorrente de modificação de jurisprudência.....	100
3.1.3	Admissibilidade decorrente da <i>quaestio facti</i>	104

3.1.3.1	Quando a decisão rescindenda se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou seja, provada na própria rescisória	104
3.1.3.2	Quando “obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável”	108
3.1.3.3	Quando “houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença”, nos termos do antigo CPC	111
3.1.3.3.1	Transação	111
3.1.3.3.2	Confissão	115
3.1.3.3.3	Desistência	115
3.1.3.4	Quando “for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos”	117
3.1.4	Admissibilidade decorrente da figura do juiz	120
3.1.4.1	Circunstâncias pessoais do juiz	121
3.1.4.1.1	Prevaricação	121
3.1.4.1.2	Concussão	123
3.1.4.1.3	Corrupção	123
3.1.4.2	Circunstâncias funcionais	124
3.1.4.2.1	Incompetência absoluta	124
3.1.4.2.2	Impedimento	126
3.1.5	Admissibilidade decorrente do dolo ou fraude à lei	128
3.1.6	Outros casos de admissibilidade	132
3.1.7	Aplicação do brocardo <i>jura novit curia</i>	133
4.	Do Processamento da Ação Rescisória	137
4.1	Processamento	137
4.1.1	Observações preliminares (prazo)	137
4.1.2	Requisitos gerais da petição inicial da rescisória	144
4.1.2.1	Considerações iniciais	144
4.1.2.2	Juiz a quem é dirigida	146
4.1.2.3	Partes e suas qualificações	146
4.1.2.4	Fundamentos jurídicos do pedido	147
4.1.2.5	O pedido e suas especificações	148
4.1.2.6	Valor da causa	150
4.1.2.7	Os meios de prova	151

4.1.2.8	Instrumento de mandato	151
4.1.3	Requisitos específicos da petição inicial da rescisória.....	153
4.1.3.1	Prova do trânsito em julgado da decisão	153
4.1.3.2	Requerimento da cumulação do <i>judiscium rescin-</i> <i>dens</i> com o <i>judiscium rescissorium</i>	154
4.1.3.3	Prova do depósito de 5% sobre o valor da causa	156
4.1.4	Pressupostos processuais	160
4.1.5	Condições da ação.....	164
4.1.6	Indeferimento da petição inicial	169
4.1.7	Resposta do réu.....	171
4.1.7.1	Contestação.....	171
4.1.7.2	Revelia.....	173
4.1.7.3	Reconvenção	175
4.1.7.4	Prova	176
4.1.7.5	Transação.....	177
4.1.7.6	Razões finais, intervenção de terceiro, prescrição, execução, cautelar, irretroatividade da lei.....	178
5.	Da Legitimidade na Ação Rescisória	179
5.1	Legitimidade	179
5.1.1	Legitimidade ativa	179
5.1.1.1	Legitimidade ativa de quem foi parte na ação matriz	179
5.1.1.2	Legitimidade ativa do Ministério Público.....	180
5.1.1.3	Legitimidade ativa de terceiros	184
5.1.2	Legitimidade passiva.....	192
6.	Dos Efeitos da Ação Rescisória e a Tutela Provisória.....	195
6.1	Efeitos da rescisória sobre a execução em curso	195
6.1.1	Considerações iniciais	195
6.1.2	Tutela provisória em ação rescisória	197
6.1.2.1	Observações preliminares sobre tutela provisória.....	197
6.1.2.2	Processamento do pedido.....	201
6.1.2.3	Tutela provisória no processo do trabalho.....	203
6.1.2.4	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	205
6.1.2.5	Conclusões sobre tutela provisória em sede de ação rescisória.....	208

6.2	Órgão competente para apreciar e julgar a rescisória.....	208
6.3	Intervenção obrigatória do Ministério Público na rescisória.....	213
7.	Dos Recursos em Sede de Ação Rescisória	215
7.1	Recursos admissíveis em rescisória no processo civil e no processo trabalhista	215
7.1.1	No processo civil.....	215
7.1.1.1	Considerações iniciais.....	215
7.1.1.2	Embargos de declaração	216
7.1.1.2.1	Considerações iniciais.....	216
7.1.1.2.2	Cabimento.....	217
7.1.1.2.3	Multa	219
7.1.1.2.4	Natureza jurídica.....	222
7.1.1.2.5	Considerações finais	223
7.1.1.3	Do recurso especial.....	224
7.1.1.3.1	Considerações iniciais.....	224
7.1.1.3.2	Cabimento.....	225
7.1.1.3.3	Procedimento.....	230
7.1.1.3.4	Efeito	234
7.1.1.3.5	Preparo.....	234
7.1.1.3.6	Considerações finais.....	235
7.1.1.4	Do recurso extraordinário.....	236
7.1.1.4.1	Considerações iniciais.....	236
7.1.1.4.2	Cabimento.....	237
7.1.1.4.3	Procedimento	240
7.1.1.4.4	Efeito	241
7.1.1.4.5	Natureza jurídica.....	241
7.1.1.4.6	Preparo.....	242
7.1.1.4.7	Considerações finais.....	242
7.1.2	No processo trabalhista	243
7.1.2.1	Considerações iniciais.....	243
7.1.2.2	Recurso ordinário	247
7.1.2.2.1	Considerações iniciais.....	247
7.1.2.2.2	Pressupostos do recurso ordinário.....	247
7.1.2.2.3	Juízo de admissibilidade.....	256
7.1.2.2.4	Procedimento.....	257

8. Gráficos, Súmulas e Normas em Matéria Rescisória	259
8.1 Ação rescisória em gráficos.....	259
8.2 Súmulas sobre ação rescisória	262
8.2.1 Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	262
8.2.2 Súmulas do extinto TFR sobre ação rescisória	262
8.2.3 Súmulas do TST sobre ação rescisória.....	263
8.2.4 Orientações jurisprudenciais do TST sobre ação rescisória.....	272
8.2.4.1 Orientações Jurisprudenciais da SDI-2.....	272
8.2.5 Súmulas do STJ sobre ação rescisória	283
9. Conclusões	291
10. Parte Prática	293
10.1 Petição inicial de rescisória, com base no inciso I do art. 966 do CPC – prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	293
1. Dos requisitos de admissibilidade.....	293
2. Da prova do trânsito em julgado.....	294
3. Dos fatos.....	294
4. Do pedido	294
10.2 Petição inicial de rescisória com base no inciso II do art. 966 do CPC – juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.....	296
1. Da prova do trânsito em julgado.....	296
2. Dos fatos.....	296
3. Dos pedidos	297
10.3 Petição inicial de rescisória com base no inciso III do art. 966 do CPC – resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.....	298
1. Dos requisitos de admissibilidade.....	298
2. Da prova do trânsito em julgado.....	298
3. Do direito violado.....	298
4. Do pedido	299
10.4 Petição inicial de rescisória com base no inciso IV do art. 966 do CPC – ofensa à coisa julgada.....	300
1. Dos requisitos de admissibilidade.....	300
2. Da prova do trânsito em julgado.....	300
3. Do direito violado.....	300
4. Do pedido	301

10.5	Petição inicial de rescisória com base no inciso V do art. 966 do CPC – violar manifestamente norma jurídica.....	302
1.	Da prova do trânsito em julgado.....	302
2.	Dos requisitos de admissibilidade.....	302
3.	Dos fatos.....	302
4.	Do pedido	303
10.6	Petição inicial de rescisória com base no inciso VI do art. 966 do CPC – fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.....	304
1.	Dos requisitos de admissibilidade.....	304
2.	Da prova do trânsito em julgado.....	304
3.	Dos fatos.....	304
4.	Do pedido	305
10.7	Petição inicial de rescisória com base no inciso VII do art. 966 do CPC – prova nova.....	307
1.	Dos requisitos de admissibilidade.....	307
2.	Da decisão do trânsito em julgado.....	307
3.	Dos fatos.....	307
4.	Do direito lesado.....	308
5.	Do pedido	308
10.8	Contestação de rescisória com base no inciso VIII do art. 966 do CPC – erro de fato	309
1.	Dos fatos.....	309
2.	Do pedido	310
11.	Jurisprudência	311
11.1	Cabimento da ação rescisória.....	311
11.2	Ação rescisória e admissibilidade	316
11.3	Processamento da ação rescisória.....	322
11.4	Legitimidade da ação rescisória	324
11.5	Efeitos da rescisória sobre a execução em curso	326
11.6	Recursos admissíveis.....	328
	Bibliografia	333